

Atuação sindical e militância comunista no meio rural em Ribeirão

Preto (SP) na década de 1950

Maria Angélica Momenso Garcia¹

A temática sobre o sindicalismo rural na década de 1950 na região de Ribeirão Preto apresentou-se como objeto de estudo pela riqueza qualitativa das fontes encontradas sobre as origens do movimento sindical rural nesta localidade, como processos criminais, trabalhistas, jornais e prontuários de militantes no Deops, bem como pela inexistência de estudos específicos e de âmbito regional.

Ribeirão Preto na década de 1950 era, como ainda hoje, um pólo agrícola por sua concentração de investimentos em duas atividades principais: o café e a cana de açúcar, e de trabalhadores rurais. De acordo com o recenseamento apresentado pelo IBGE em 1954, a região de Ribeirão Preto, englobando seu município, juntamente com os distritos de Dumont, Guatapará e os municípios de Jardinópolis, Sertãozinho com seu distrito de Barrinha, incluindo também o município de Serrana tinha uma população predominantemente rural².

A partir do ano de 1954, entre os sindicatos criados por parte de militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil), estava o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos de Ribeirão Preto, fundado em setembro de 1954, por Nazareno Ciavatta. A ação do sindicato pautou-se, inicialmente, pela organização dos trabalhadores, e a conscientização de seus direitos trabalhistas, socializando as informações referentes a esses direitos, numa atitude de enfrentamento ao poder privado do patronato agrícola exercido sobre os trabalhadores no interior das fazendas.

As tensões entre lideranças do movimento sindical e o patronato agrícola, que contava com o respaldo da polícia local, ficavam evidentes no discurso dos dirigentes sindicais, apresentadas por meio de muitos depoimentos dos seus filiados, e formalizado pelo escrivão, de acordo com a norma de apresentação de um depoimento em um processo crime. Até o depoimento das testemunhas acabava sendo redigido de forma a indicar um pré-julgamento

negativo das atividades das lideranças do sindicato dos trabalhadores, ao serem utilizados termos como “encostar o fazendeiro na parede”, e que o advogado do sindicato não estaria acostumado a “comer bolas”.

A permanência de formas tradicionais de relação entre fazendeiros e trabalhadores oriundas da prática do poder clientelista e paternalista associados às práticas de dominação, violência e exploração, levaram o movimento sindical no meio rural a defender melhores condições salariais e de trabalho, tomando como base a luta pela extensão da legislação trabalhista (CLT) ao campo, e sua efetiva aplicação, já que nesta legislação, o direito à jornada de trabalho, salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado, entre outros, eram garantidos apenas aos operários do meio urbano.

A reconstituição do cotidiano de lutas, reivindicações, valores e padrões de comportamento esperado, tanto da classe trabalhadora, como da patronal, a partir do depoimento dos trabalhadores, nela envolvidos, e dos fazendeiros e agentes públicos, em reprimi-las, reverte para um estudo das faces de uma memória coletiva em que tende a permear as consciências individuais.

A partir de 1957 o Supremo Tribunal Federal tornou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) base legal para ações trabalhistas rurais na Justiça, desencadeando um amplo movimento de reivindicação de direitos. Isso vitalizou o movimento sindical rural.

A prática sindical adotada no meio rural na região de Ribeirão Preto ao longo da década de 1950, definiu-se pelo encaminhamento de ações na Justiça do Trabalho na tentativa de quebrar a intransigência patronal no cumprimento de leis que beneficiavam o trabalhador garantidas na CLT. Essa postura culminou com a tramitação por anos no Congresso de criação de um estatuto próprio para o trabalhador rural, defendido por órgãos, como a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que estendesse aos trabalhadores rurais, os direitos dos trabalhadores urbanos.

O PCB passou a organizar o trabalhador agrícola em entidades sindicais a partir de uma Resolução tomada pela sua Comissão Executiva em 1952. O documento “Ampliar a organização e a unidade da classe operária”³, aprovado em reunião da direção nacional do Partido em julho de 1952, conhecido como Declaração Sindical de 1952, indicava que a atuação comunista deveria acontecer dentro dos sindicatos oficiais e propunha o aproveitamento da estrutura já montada pelo governo Vargas, ou seja, adotava-se uma nova linha sindical, menos crítica à estrutura sindical corporativista, e passava-se a defender iniciativas em torno de lutas mais imediatas e específicas da classe trabalhadora.

No âmbito do cotidiano das lutas do movimento sindical rural no interior paulista, o curto período dos anos de 1954 à 1957, marcou como o momento de maior mobilização de trabalhadores rurais no município de Ribeirão Preto, liderados por um pequeno quadro de militantes pecebistas estabelecidos para esse fim no local, provenientes da capital, ou que eram originários da região, mas estavam estabelecidos na cidade de São Paulo.

A Declaração Sindical de 1952 e o IV Congresso do PCB, realizado em 1954, serviram de impulso à mobilização e atuação sindical no meio rural, levando o PCB a monopolizar a organização dos trabalhadores rurais, enquanto única força política atuante até o final da década de 1950. A partir daí, as lutas dos trabalhadores passaram a ser consideradas por esta militância sindical, passando a ser utilizada a via institucional legal. Esta nova forma de atuação abriu um novo espaço de luta contra a repressão patronal, rompendo o âmbito dos confrontos estritamente privados entre os fazendeiros e trabalhadores, despertando a categoria de trabalhadores rurais, mesmo que tênue, a princípio, para uma conscientização de classe.

O PCB passava, assim, a desempenhar um papel destacado na constituição de uma identidade de classe entre os trabalhadores rurais, dando-lhes maior visibilidade política no cenário regional.

Na Resolução do Comitê Nacional do PCB sobre organização e unidade da classe operária publicado em 1952 era declarado:

[...] é dever de cada comunista ingressar em seu sindicato, tornar-se ativo militante sindical e não poupar esforços para convencer as massas trabalhadoras da necessidade de entrarem para o sindicato [...] desmascarar a demagogia de Vargas e enfrentar vitoriosamente a sua política no meio operário [...] A experiência mostra igualmente que atuando dentro dos sindicatos, lutando dentro deles com firmeza pelas suas reivindicações e pelos seus direitos, contra qualquer subordinação ao Ministério do Trabalho e a polícia, têm o operário conseguido algumas vitórias em sua luta [...]⁴.

Segundo a análise de Marco Aurélio Santana, a orientação partidária indicava que a militância sindical deveria aproveitar a estrutura sindical montada para uma atuação efetiva em defesa da unidade dos trabalhadores e de seus interesses, pois “uma das manifestações mais comuns na cúpula do Partido era a tendência a querer trabalhar apenas com aqueles que já aceitavam a opinião do Partido”⁵.

De acordo com José Antônio Segatto, no decorrer do governo de Juscelino Kubistchek, consolidaram-se alianças entre o PCB e segmentos à esquerda do PTB, mantendo-se durante o período do governo João Goulart, quando , comunistas e trabalhistas à esquerda passaram a controlar a maioria dos sindicatos do país. Nesses anos o PCB intensificou sua ação política na organização e mobilização dos trabalhadores rurais, já que tinha adquirido um acúmulo de experiência com a montagem das ligas camponesas da fazenda Dumont de Ribeirão Preto (SP) em 1945, de Iputinga no Recife (PE) em 1946, das irmandades camponesas de Goiás e, na resistência armada, em Porecatu (PR), em 1950-51, passando, a partir daí, a investir na formação de sindicatos, associações e uniões ⁶.

Essa linha de atuação adotada pelo PCB, na década de 1950, levou à criação do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos de Ribeirão Preto, ocorrida em setembro de 1954 com a vinda de um dos seus quadros, Nazareno Ciavatta, que era originário da região, pertencia a uma família de trabalhadores rurais no distrito de Dumont e, desde fins da década de 1930, passou a viver em São Paulo, filiando-se ao PCB em fins da década de 1940, e retornando em 1954, com o fim de montar um sindicato de trabalhadores rurais, de acordo com a orientação do partido.

No entanto, logo de início, as experiências adquiridas com a prática sindical no meio rural levaram ao estabelecimento de divergências entre a forma de militância local, que passou a pautar-se apenas pela defesa do cumprimento das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais, e as orientações partidárias, que defendiam a necessidade de divulgar e conseguir adeptos para a causa da revolução comunista, pois para tal doutrina existia uma forte resistência tanto do meio patronal, quanto do empregado, já que aqueles acusados de comunistas eram extremamente discriminados socialmente no interior do estado e principalmente nas fazendas.

Hélio Costa⁷, ao fazer um estudo da reação da militância comunista à política do Partido neste período, concluiu que no PCB havia uma cúpula em que seu discurso oficial acabava não respondendo às demandas imediatas e, por outro lado, um intenso ativismo das bases. A própria imprensa comunista demonstrava essa ambigüidade, havendo até um enaltecimento das iniciativas autônomas de seus militantes.

O IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, propunha a sindicalização, porém não fez distinção entre as diversas categorias de trabalhadores existentes no meio rural, denominando-os como camponeses, o que dificultava a defesa de interesses de cada segmento da categoria como meeiros, colonos, diaristas, empreiteiros, entre outros. A composição maior de trabalhadores rurais em Ribeirão Preto era constituída de colonos, seguido dos diaristas (assalariados pagos por dia trabalhado). Tanto uma categoria, quanto a outra, normalmente recebiam como incluso no contrato de trabalho, sendo inclusive descontado do salário, uma casa para residência no local de trabalho.

De acordo com Luiz Elias Sanches, foi se configurando no meio rural devido a estrutura centralista do PCB, uma forma de militância que procurava absorver as reivindicações imediatas vindas dos trabalhadores e manter as orientações partidárias, porém, dentro de uma luta por direitos, já que tal atitude exercia um papel aglutinador da classe trabalhadora frente a seu inimigo de classe, os fazendeiros. Assim, a militância do PCB "tinha que se adaptar à linha

política traçada pela direção partidária, mas esta também tinha de se abrir para as indicações nascidas da militância prática, sob pena de perda da representatividade do partido. Esta adaptação se deu de forma mais ou menos acelerada e com maiores ou menores resistências"⁸.

Os impasses entre militância prática nas bases de trabalhadores e, doutrinária do PCB nas recomendações e orientações a seus quadros de atuação sindical direta em relação aos trabalhadores rurais, manifestaram-se ao longo da atuação de Nazareno Ciavatta na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos de Ribeirão Preto . Segundo seu próprio depoimento que se apresenta em forma de desabafo esse aspecto é revelado:

O Partido me convidou para fundar o sindicato para trazer as leis trabalhistas. Isso foi explicado aos trabalhadores rurais durante a fundação. Depois, queriam que eu fosse ao campo levar o material do Partido favorável à derrubada do governo (...) Eu procurava inicialmente seguir a orientação e dizia a eles que os fazendeiros não pagavam, abusavam deles, a polícia prendia, e só mesmo fazendo uma revolução iria resolver aquele estado de coisas. Um camponês disse para mim: "Olha Ciavatta, se nós não temos força para obrigar os fazendeiros a pagar os salários e cumprir as leis trabalhistas, para derrubar o governo vai ser ainda mais difícil" (...) Eu levantei essa questão dentro do Partido

As tensões provenientes das bases sindicais com as orientações do partido permaneceram de forma mais ou menos acentuada ao longo da década de 1950, porém estas foram forçando o partido a ir modificando sua linha em termos sindicais inicialmente e, posteriormente em termos gerais, pois a militância sindical comunista vinha avançando em seu trabalho, apesar e contra a linha política geral do partido ampliando sua participação no movimento sindical ao aproximar-se, cada vez mais, das reivindicações imediatas da classe trabalhadora.

A militância de base do PCB em Ribeirão Preto ao longo da década de 1950 promoveu uma conscientização e organização do trabalhador rural, o que contribuiu para tornar mais visíveis suas necessidades e anseios. A prática sindical pautou-se pela construção de

uma experiência de luta que passou a utilizar como instrumento de reivindicação e melhoria das condições de trabalho a própria legislação trabalhista que não era cumprida pelo patronato agrícola nas décadas de 1940 e 1950.

¹ Doutora em História na UNESP-Franca

² IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil** – 1950, Censo Demográfico – Estado de São Paulo - 1954

³ PCB. Resolução do Comitê do Partido Comunista do Brasil, julho de 1952. Ampliar a organização e a unidade da classe operária. **Problemas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, set./out. 1952, p. 10-21.

⁴ Apud SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001. p. 81-82.

⁵ Idem, p. 82.

⁶ SEGATTO, J. A. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995. p. 174-193.

⁷ COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Scritta, 1995.

⁸ SANCHES, Luiz Elias. **Lyndolpho Silva: biografia de uma militância**. Dissertação (Mestrado em Ciência), ICHS/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000. p. 13.

⁹ COSTA, Luiz Flávio C. Entrevista: Nazareno Ciavatta. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 96-97, nov. 1995.